

Abertura de vagas formais só cresce na faixa até 1,5 mínimo

Por Arícia Martins | De São Paulo



Clemente Ganz Lúcio: "Minha expectativa é que tenhamos aceleração da terceirização por conta da reforma trabalhista".

O saldo líquido de postos de trabalho no mercado formal voltou ao azul no acumulado em 12 meses, mas somente com a criação de empregos de baixa remuneração. No ano terminado em março, 140,6 mil vagas com carteira assinada foram abertas no Brasil. Até fevereiro, o dado era positivo em 20,8 mil. Antes dos resultados deste ano, a última vez em que a diferença entre admissões e demissões ficou acima de zero foi em janeiro de 2015.

A recuperação, no entanto, foi quase totalmente garantida por ocupações que pagam entre um e um e meio salário mínimo - ou seja, entre R\$ 954 e R\$ 1.431. Nessa faixa - que se situa abaixo do rendimento médio real dos ocupados, de R\$ 2.169, segundo o IBGE - foram gerados 600,5 mil postos no ano terminado em março. Em todos os

estratos superiores, o saldo entre admissões e demissões ficou no vermelho.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, foram separados de acordo com a remuneração pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV).

A estrutura ocupacional do país, mais dependente dos serviços, também tem se mantido. Segundo desagregação feita pelo Ibre, o setor que mais está empregando é o de "serviços modernos" - como atividades imobiliárias, financeiras e de Tecnologia da Informação (TI), - , que contratou 143,2 mil pessoas no ano encerrado em março.

Já a categoria chamada pelos pesquisadores de "serviços tradicionais" - em que estão segmentos como alojamento, alimentação e comércio varejista, e pagam menores salários - gerou 45,8 mil vagas no mesmo período, tendência de recuperação considerada ainda lenta pelo Ibre, assim como a indústria de transformação. Também considerando o acumulado em 12 meses, esse setor abriu 29,6 mil vagas.

"Os dados revelam uma forte retomada do emprego com carteira assinada, mas esta recuperação está

concentrada em setores intensivos em empregos de baixa qualificação e remuneração", avaliam os economistas Bruno Ottoni e Tiago Cabral Barreira. Portanto, afirmam, as surpresas positivas recentes com os resultados do Caged devem ser vistas com "cautela".

Historicamente, os empregos com remuneração mais baixa são os que antecipam tendências de aceleração e desaceleração do mercado de trabalho, observa Barreira. Nesse sentido, a volta da geração de vagas nas faixas salariais menores em um primeiro momento já era esperada, e representa um movimento positivo. Mais à frente, a expectativa é que o aquecimento do mercado impulse também uma maior geração de postos que pagam salários mais altos, afirma.

"Neste momento, as empresas estão fazendo investimentos na mão de obra que pesa menos em seus custos", diz Fabio Romão, da LCA Consultores. A reação da atividade já está clara para os empresários, mas ainda há muita incerteza em relação ao ritmo da retomada, o que se reflete sobre o perfil das vagas criadas, explica. Além disso, muitas pessoas perderam o emprego durante a crise e, agora, podem ter aceitado um emprego com menor remuneração, acrescenta Romão.

Por outro lado, um efeito observado nos últimos anos que





elevava a fatia daqueles que recebem menos de dois salários mínimos não ocorreu em 2018, pondera o economista. A política de valorização do mínimo - corrigido anualmente pelo INPC do ano anterior e pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes - "empurrava" boa parte dos trabalhadores com carteira para a base da pirâmide.

Neste ano, porém, o reajuste do piso nacional, de apenas 1,81%, foi o mais baixo desde 1995, primeiro ano após a criação do Plano Real. A atual fórmula de correção do piso nacional vale até 2019, e pode ser mudada ou continuar de 2020 em diante.

Diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio observa que a fatia de empregadores e de trabalhadores por conta própria no total de ocupados está em alta, tendência que, em sua visão, também se reflete em geração mais fraca de vagas formais, e com menores salários.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, a participação dessas duas categorias no total da população ocupada - entre formais e informais - subiu de 29,5% no primeiro trimestre de 2017 para 30,1% em igual intervalo deste ano. Na comparação anual, o contingente de empregadores avançou 5,7%, para 4,4 milhões de pessoas, e o de empregados por conta própria aumentou 3,8%, para 22,9 milhões.

"Minha expectativa é que tenhamos uma aceleração da terceirização por conta da reforma trabalhista, o que pode significar uma perda de postos intermediários no mercado formal", diz Ganz Lúcio. Assim, a geração de postos com carteira ficaria cada vez mais concentrada em vagas de remuneração mais baixa. No momento atual, diz, a retomada em ritmo fraco da atividade leva as empresas a terem maior cautela para contratar. "Essa é uma característica da saída da crise."

Em março de 2010, logo após o fim da recessão de 2009, a faixa de um até um e meio salário mínimo acumulava saldo positivo de 1,3 milhão de postos formais em 12 meses. Na época, esse estrato era responsável por 75,9% do total de vagas celetistas criadas em igual período.

Para Hélio Zylberstajn, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), a retomada de vagas formais concentrada na base da pirâmide salarial é explicada pelos setores que estão criando os empregos.

"O setor que está com saldo líquido positivo é o de serviços, que emprega mão de obra pouco qualificada", diz. Por outro lado, a indústria, que paga melhores salários, tem mostrado reação mais lenta que o previsto. "Esperávamos um crescimento mais acelerado, que repercutiria mais sobre o mercado de trabalho, mas os empresários estão mais incertos sobre o ritmo de retomada."





Reação concentrada

Saldo de postos de trabalho formais por faixas salariais* - Em mil

	Março de 2017	Março de 2018
Até meio salário mínimo	5,4	30,0
0,51 a 1 mínimo	137,5	241,9
1,01 a 1,5 mínimo	92,4	600,5
1,51 a 2 mínimos	-464,7	-173,0
2,01 a 4 mínimos	-564,3	-338,4
4,01 a 10 mínimos	-242,5	-166,6
Mais de 10 mínimos	-85,8	-66,7
Ñ class.	4,9	13,0
Total	-1.117	140,6

Fonte: Caged. Elaboração: Ibre/FGV. *Saldo acumulado em 12 meses, sem considerar dados enviados com atraso ao Ministério do Trabalho

Milionário provoca distorção em pesquisa de renda do IBGE

Por Bruno Villas Bôas e Thais Carrança | Do Rio e de São Paulo



Sarah Bretones, da MCM: "O indivíduo saiu da amostra no 1º trimestre, mas como continuou na base de comparação teremos essa distorção até o fim do ano".

Um milionário do ramo de transportes - com renda declarada de mais de R\$ 1 milhão por mês - deixou a base de amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE em março e pode ter provocado uma distorção na estatística do rendimento médio real dos trabalhadores do país no primeiro trimestre deste ano.

Segundo a MCM Consultores, esse "outlier" - como são chamadas as observações anormais da pesquisa, que provocam distorções - passou a integrar a amostra da Pnad Contínua em dezembro de 2016. Naquele quarto trimestre, a renda dos trabalhadores subiu 1,4% frente ao mesmo período do ano anterior. De acordo com a consultoria, se o milionário fosse

expurgado da amostra, a renda teria crescido apenas 0,2%.

Numa pesquisa que engloba 70 mil domicílios por mês, observações individuais são geralmente diluídas e não afetam as estatísticas gerais. Desta vez isso ocorreu porque moradores de bairros de alta renda tendem a ter menor peso na pesquisa ao representarem parcela menor da população. O milionário, porém, mora num bairro de baixa renda e acabou com peso maior que o previsto na pesquisa.

No primeiro trimestre deste ano, o milionário finalmente deixou de fazer parte da amostra da Pnad Contínua. Sua saída provocou, porém, um efeito contrário nas estatísticas. O rendimento dos trabalhadores ficou estável no primeiro trimestre deste ano, frente ao mesmo período do ano passado. Sem a distorção gerada por ele, a renda teria crescido 0,7%, segundo a MCM.

"Por muitos trimestres, esse efeito inflou o crescimento do rendimento real. O indivíduo saiu da amostra no primeiro trimestre, mas permaneceu na base de comparação. Seu efeito passou a ser negativo. Até o fim do ano teremos essa distorção nos dados e teremos que olhar a série ajustada", avaliou Sarah Bretones, economista da MCM.

O movimento foi perceptível também em categorias específicas de ocupação. O ganho médios dos trabalhadores de transporte, armazenagem e correio apresentou queda de 11,6% frente ao mesmo período do ano passado, para R\$ 2.121. A renda dos empregadores, por sua vez, recuou 5,4%, para R\$ 5.346. O empresário estava inserido nesses dois grupos da pesquisa.

O IBGE minimizou o impacto do "outlier" na pesquisa. Cimar Azeredo, coordenador de trabalho e rendimento do IBGE, diz que as variações estão dentro do intervalo de confiança da pesquisa. Ele acrescentou que o IBGE criou um grupo de trabalho para avaliar formas de tratar os "outliers" nas pesquisas, com participação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Além do empresário de transporte, o desempenho da renda foi afetado no primeiro trimestre pela dispensa de trabalhadores com carteira assinada no setor privado (menos 408 mil pessoas ante o quarto trimestre), assim como redução do número de pessoal na administração pública (diminuição de 255 mil vagas frente ao trimestre móvel anterior). Nesses dois casos, os salários médios são melhores - R\$ 2.074 e R\$ 3.485, respectivamente.





De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego encerrou o primeiro trimestre deste ano em 13,1%, acima do verificado no quarto trimestre do ano passado (11,8%). O resultado ficou pior do que a média das previsões de 29 consultorias e instituições financeiras consultados pelo Valor Data, de 12,9%. O resultado ficou, contudo, dentro do intervalo das projeções dos analistas, que se mantiveram entre 12,2% e 13,2%.

Depois de uma recuperação mais rápida que o esperado desde abril do ano passado, o mercado de trabalho deu sinais de perda de fôlego nos últimos meses. No primeiro trimestre, o emprego com carteira assinada encolheu para 32,913 milhões, baixa de 1,2% frente ao fim do ano passado. Trata-se do menor nível desde 2012, início da série histórica da pesquisa do IBGE.

Nos cálculos da LCA Consultores, a taxa de desemprego dessazonalizada subiu de 12,4% no trimestre móvel findo em fevereiro para 12,6% em março, interrompendo sequência de quatro meses de estabilidade. Segundo Cosmo Donato, economista da consultoria, o aumento da taxa deve-se principalmente a uma queda de

0,2% na população ocupada (empregados, empregadores, servidores públicos).

"Isso é bastante frustrante, já que esperávamos uma recuperação do emprego de uma forma mais continuada. Trata-se de um sinal bastante negativo para o mercado de trabalho", disse o economista da LCA.

Para Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), os resultados mais recentes do mercado de trabalho, aquém do esperado, indicam perda de qualidade, mas não uma mudança de direção na recuperação do emprego.

"De fato, era esperado um emprego formal crescendo a um ritmo mais forte, o que não está acontecendo, e talvez uma queda maior do desemprego", afirma Barbosa Filho. "Olhando a análise dessazonalizada, desde março do ano passado (quando foi registrado o pico da série histórica), há uma queda de 0,9 ponto percentual no desemprego", diz. Sem o ajuste sazonal, a taxa caiu 0,6 ponto percentual - estava em 13,7%, em março de 2017.





Efeito no rendimento

Desempenho da renda real frente a igual período do ano anterior

■ Variação em %



Fonte: MCM e IBGE

Aço, Fed e 1º de Maio 'coletivo' elevam tensão

Por Angela Bittencourt

A semana será mais curta pelo feriado desta terça-feira, mas não menos tensa ou arriscada que a última, quando o dólar chegou a subir 2,6% e a cair 1,1%. Essas variações parecem modestas, e são. Contudo, na semana passada o dólar mudou de patamar. Foi a R\$ 3,50. Na sexta-feira, fechou abaixo de R\$ 3,47, com valorização preliminar de 4,3% em abril.

O câmbio dá outra indicação de que a semana passada sugeriu retrocesso na agenda brasileira. No mês, até sexta, o diferencial entre as taxas de câmbio mínima e máxima foi de R\$ 0,19, o mais alto desde maio de 2017. Naquele mês, o diferencial foi de R\$ 0,28, quando o mercado reagiu à divulgação do áudio da conversa entre o empresário Joesley Batista, da J&F, e o presidente Michel Temer, que justificou a apresentação da primeira denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o presidente.

Os mercados estarão expostos, nesta semana, a pressões locais e internacionais e ao rescaldo dos últimos dias marcados pela alta dos rendimentos de títulos do governo americano, sobretudo, da T-note de dez anos. Referência para taxa de juros no mundo - orienta, portanto, o fluxo de capital dos investidores globais -, a T-note chegou a pagar mais de 3%, maior nível desde 2014, ante o temor de que o comitê federal de mercado aberto do Federal

Reserve (Fomc, na sigla em inglês) poderá ser mais conservador no controle da inflação e acenar com aperto monetário maior para este ano, ou para o próximo.

Bolsa Família: Temer prepara aumento real de até 4%

A reunião de política monetária do Fed acontece nesta semana e é um dos marcadores de volatilidade que possivelmente terão sua velocidade alterada: para mais, para menos, ou nas duas direções a cada sessão.

Também está entre os marcadores externos de volatilidade, o encerramento, previsto para esta terça, do período de isenção da cobrança de tarifas sobre importação de aço e de alumínio, anunciada em março pelo presidente Donald Trump. A União Europeia e um grupo de países, entre eles o Brasil, são beneficiários "temporários" da isenção.

O fim de semana foi de intensas negociações diplomáticas sem que - até o fechamento desta coluna -- Trump sinalizasse a possibilidade de tornar a isenção "permanente". Amanhã, não é feriado nos EUA, que comemoram o Dia do Trabalho em setembro. Portanto, olho neles!

Não faltam marcadores locais

para interferir nos preços dos ativos brasileiros. Nesta segunda, o Banco Central apresenta o resultado primário consolidado do setor público em março. Será deficitário e todo mundo já sabe. Contudo, o resultado pode ser bem diferente do esperado. Na semana passada, o Tesouro Nacional divulgou o déficit primário do governo central - Tesouro, Previdência e BC - em março, de R\$ 24,82 bilhões, mais que o dobro do observado um ano antes e quase 80% superior à projeção média das consultorias e instituições financeiras consultadas pelo Valor Data. O estouro foi impulsionado por antecipação de pagamento de precatórios e sentenças judiciais.

O fechamento dos dados fiscais do primeiro trimestre poderá ganhar chave de ouro, caso o presidente Michel Temer anuncie amanhã -- como pretende - o reajuste do Bolsa Família. O presidente decidiu ontem permanecer em Brasília para bater o martelo sobre o percentual do reajuste e discutir com líderes partidários estratégias para garantir votações no Congresso esta semana. Sua participação na Agrishow deve ser remarcada para o fim da semana. Na sexta-feira, segundo apurou Andrea Jubé, do Valor, a intenção era aumentar o benefício acima da inflação, e pode ser de até 4%.

A agenda econômica doméstica poderá ser tragada pela agenda





política que conta com uma inédita comemoração conjunta do Dia do Trabalho pelas maiores centrais sindicais. Sete entidades promoverão um ato coletivo em Curitiba. Representantes da CUT, Força Sindical, CSB, CTB, Intersindical, NCST e UGT pretendem se manifestar contra a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, clamar por sua liberdade e exigir a restauração de direitos que consideram extintos com a reforma trabalhista.

Esse encontro das centrais sindicais poderá se transformar em palanque de pré-candidatos a presidente, governador, deputado, senador, ou ao que for possível neste ano eleitoral. O encontro também poderá se transformar em uma potente caixa de ressonância para manifestações - com direito a alertas - sobre os eventos que se desenrolaram desde a sexta-feira e que envolvem atores importantes na Operação Lava-Jato: o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), com sede em Brasília, o juiz federal Sérgio Moro e a Polícia Federal.

Na sexta à noite, a Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) divulgou nota, afirmando que não protege ou persegue qualquer autoridade pública. De acordo com a entidade, os policiais cumprem "seu dever legal de investigar fatos e condutas tipificadas como crime". O comunicado foi divulgado após declarações do presidente, em que ele levantou dúvidas sobre o vazamento de informações a respeito de investigações que apuram suposto uso de propina para pagamento de compra e reforma de imóveis envolvendo o presidente e a família dele. Os delegados manifestaram "preocupação" com a fala de Temer.

No sábado, o TRF-1 emitiu nota criticando Moro por "instigar o descumprimento de ordem judicial". A nota referia-se ao fato de o juiz ter ignorado a decisão daquele tribunal de suspender a extradição do empresário Raul Schmidt. O empresário tem dupla cidadania - luso-brasileira - e deveria apelar a

uma corte superior. Mas, em janeiro, Schmidt já havia entrado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com um pedido de habeas corpus, que foi negado.

Na madrugada de sábado, duas pessoas ficaram feridas após um ataque a tiros contra o acampamento de apoiadores do ex-presidente Lula, em Curitiba. O acampamento pró-Lula fica a menos de um quilômetro da sede da Polícia Federal, onde o ex-presidente está preso desde o início de abril. Um inquérito foi aberto para apurar o caso.

Na quarta, dia 2, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar o julgamento sobre a restrição do foro privilegiado.

Angela Bittencourt é jornalista e escreve às segundas-feiras.

E - m a i l :
angela.bittencourt@valor.com.br

Sem privatização, governo discute como capitalizar a Casa da Moeda

Por Fabio Graner e Raphael Di Cunto | De Brasília

Com a pressão do PTB, a Casa da Moeda saiu em definitivo da lista de privatizações do governo e agora a discussão na área econômica é sobre como resolver os problemas de caixa da empresa. Uma capitalização já é discutida no governo e seria um caminho mais barato para cobrir os recentes problemas financeiros da instituição, que tem cobrado quase R\$ 1 bilhão em recursos que acredita ter direito a receber do Tesouro Nacional.

Os setores contrários à venda da empresa, que incluem funcionários e políticos, apontam que a Casa da Moeda não teria problemas derivados de má-gestão e sim deficiência de caixa decorrente de calotes dados pelo governo. Isso teria levado a empresa a uma situação de déficit ou prejuízo da ordem de R\$ 100 milhões, segundo uma fonte.

Uma das dívidas cobradas seria decorrente da falta de repasse dos recursos relativos ao sistema de controle de cigarros, afetado não só pela Desvinculação de Receitas da União (DRU), mas também pelo contingenciamento de despesas e que somaria em torno de R\$ 250

milhões.

A outra está relacionada à suspensão do Sistema de Controle de Bebidas (Sicobe) pela Receita Federal em 2016, que teria derrubado as receitas da companhia em mais de R\$ 700 milhões.

O problema é que o repasse desses recursos afetaria as despesas do Tesouro, já muito próximas do teto de gastos estabelecido para o ano. Nesse sentido, uma alternativa que está sendo considerada na própria Fazenda é de realizar uma capitalização, que envolveria montantes menores, mais próximos do tamanho da deficiência de caixa da empresa e que poderia ficar de fora do teto. Ainda não haveria decisão tomada sobre isso.

Vice-líder do governo Temer, o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), que indicou os diretores da Casa da Moeda, afirmou que o governo se comprometeu a não vender mais a operação da empresa ao setor privado. "É uma instituição importante para o país. Imagina se fica nas mãos dos argentinos, dos chineses, do PCC [Primeiro Comando da Capital]?", questiona.

O petebista diz que o prejuízo da empresa estaria resolvido se o governo pagasse o que deve pelos

serviços de fiscalização de bebidas e cigarros, além de emissão de passaportes. A demanda pelo pagamento dos supostos atrasados, explicou o parlamentar, está no Ministério do Planejamento, que estudaria de quais outras áreas cortar para quitar a dívida em duas vezes: R\$ 350 milhões este ano, o resto em 2018. A capitalização pela Fazenda serviria para enxugar o quadro de pessoal e despesas do dia a dia.

Na semana passada, o Valor mostrou que o projeto de privatização da Casa da Moeda, anunciado em meados do ano passado, era mais uma iniciativa a ficar engavetada na Casa Civil. Polêmica, a matéria envolve disputa por cargos e está nos escaninhos do ministério comandado pelo ministro Eliseu Padilha, enquanto o governo concentra sua energia política na venda da Eletrobras e em aprovar medidas que já estão no Congresso, como o cadastro positivo e duplicata eletrônica.

Diante da pressão política e mesmo sem avançar nesses outros temas, o governo colocou um ponto final no assunto e comunicou aos petebistas que desistiu da privatização e passou a tratar sobre como equacionar a situação financeira da empresa.

Temer cancela viagem para a Ásia

Por Andrea Jubé, Eduardo Campos e Raphael Di Cunto | De Brasília

O presidente Michel Temer cancelou a viagem que faria à Ásia entre os dias 4 e 12 de maio. Segundo o Itamaraty, o motivo foi não comprometer as votações no Congresso, já que os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), também teriam que se ausentar do país.

"Tendo em vista o calendário eleitoral, a concentração de votações no Congresso, essenciais ao programa de reformas do Governo, e a necessidade da ausência simultânea do país dos presidentes das duas casas legislativas, durante o período da visita, por exigência da lei eleitoral, a pauta de votações no Congresso ficaria prejudicada", diz o Itamaraty em nota.

Na ausência de Temer, Maia ou Eunício deveriam assumir o cargo. Devido à legislação eleitoral, no entanto, eles se tornariam inelegíveis em outubro se ficassem interinamente na Presidência - Maia é pré-candidato à Presidência e Eunício concorrerá à reeleição ao Senado. Para evitar isso, teriam também que viajar para fora do país, o que deixaria as duas casas no comando de interinos.

Essa é a segunda vez que Temer cancela o roteiro que faria pela Ásia. Em janeiro, o presidente desistiu de viajar por recomendação médica, após passar por procedimento cirúrgico.

Ontem, Temer também adiou a viagem que faria hoje a Ribeirão Preto (SP) para participar da Agrishow, uma das maiores feiras do agronegócio do país. O presidente ficará em Brasília e pretende definir o reajuste do Bolsa Família, que será anunciado amanhã, Dia do Trabalho.

Congresso aprova medidas para controlar as despesas

Duas iniciativas recentes merecem registro e aplausos. A primeira é o artigo do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) para 2019, determinando que qualquer proposta que crie ou prorogue benefício tributário deve estar acompanhada dos objetivos, metas e indicadores relativos à política pública fomentada. Deve também indicar o órgão responsável pela supervisão, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos.

A segunda iniciativa digna de nota é o projeto de resolução aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, na semana passada. O projeto determina que as propostas que, direta ou indiretamente, criem ou aumentem despesa ou que resultem em renúncia de receita terão, necessariamente, de passar por um exame prévio de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira. Se aprovada pelo plenário, a regra fará parte do regimento interno do Senado.

Para avaliar melhor essas questões, é bom lembrar que a previsão de gasto da União com benefícios tributários - redução de alíquota de tributos, ou isenção ou algum tipo de vantagem que resulta em renúncia de receita - é de R\$ 303,5 bilhões no próximo ano, o equivalente a 4,02% do PIB. Para este ano, a previsão é de gasto de R\$ 284,4 bilhões.

O artigo no PLDO foi colocado pelo governo por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), após uma auditoria, realizada em 2014. Os auditores constataram, por exemplo, a ausência de avaliação de resultados por parte do órgão gestor da maioria das políticas públicas baseadas em renúncias tributárias. Segundo o relatório do TCU, alguns ministérios setoriais não dispõem de sistema informatizado para

acompanhamento da concessão e da execução dos benefícios tributários e não há acompanhamento das renúncias por parte dos órgãos centrais.

Em resumo, ninguém sabe dizer, com um mínimo de segurança, quais os benefícios que os atuais programas incentivados trazem à população, se os objetivos iniciais foram cumpridos, se as metas foram atingidas - se é que alguns deles tiveram metas algum dia! - ou se eles ainda são necessários. A montanha de dinheiro que deixa de entrar anualmente nos cofres públicos, por conta dos benefícios tributários, é muito superior ao déficit atual de todo o setor público.

Preocupa também o fato de que os deputados e senadores continuam fazendo propostas que resultam em redução da receita da União ou em aumento da despesa. De acordo com matéria recentemente publicada pelo jornal "O Estado de S. Paulo", de um total de 555 matérias que tramitam na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, em torno de 60 são propostas que tratam da concessão de benefícios tributários ou perdão de dívidas.

Citando uma compilação feita pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, o jornal diz que as propostas, se aprovadas, teriam um impacto de R\$ 667 bilhões nos cofres públicos até 2020. Muitas delas são desonerações de tributos para setores da indústria e de serviços.

A resolução aprovada pela CAE determina que seja feita, previamente, uma avaliação da compatibilidade orçamentária e financeira de qualquer proposta apresentada, seja projeto de lei, decreto legislativo, resolução ou proposta de emenda constitucional. Ou





seja, o relator terá que verificar se a criação ou aumento daquela despesa ou a renúncia de receita prevista é compatível com a meta fiscal e com o teto de gastos, criado pela emenda constitucional 95.

A avaliação será um item específico do parecer do relator de cada proposta. Ela será automaticamente rejeitada e arquivada se o parecer aprovado pela CAE for pela inadequação orçamentária e financeira.

A rigor, a resolução aprovada pela CAE dá encaminhamento prático a uma regra da emenda constitucional 95. A emenda determina o exame do impacto orçamentário e financeiro de cada proposta que crie ou altere despesa obrigatória ou promova renúncia de receita. Mas a mesma determinação consta da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sem que isso tenha sido capaz de conter o descontrole das contas públicas. Os senadores da CAE acham que parte do descontrole deve ser atribuído à ineficácia de atuação prévia do Parlamento. Por isso, aprovaram a resolução. Iniciativa que merece o devido elogio.

Para barrar benesses fiscais, governo mira projetos de risco

Área econômica quer blindar cofres públicos e impedir avanço de propostas de renúncia de receitas no Congresso

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Sem conseguir avançar na sua agenda diante da forte resistência do Congresso, a área econômica do governo prepara seu arsenal para tentar blindar o cofre e se defender de investidas de parlamentares para conceder novas benesses em ano eleitoral. Uma das estratégias é mapear projetos em tramitação que representam perigo iminente para as contas públicas e construir uma espécie de matriz de risco, que vai sinalizar o que precisa ser barrado logo pela base aliada por ter chance alta de aprovação.

A área econômica já tem um levantamento dessas propostas. A tarefa de barrar seu avanço não é simples, já que, em ano eleitoral, a pressão por recursos é ainda maior. O governo não conseguiu, por exemplo, barrar a derrubada de vetos ao Refis das pequenas e médias empresas e às condições mais favoráveis de renegociação de dívidas de produtores rurais.

Em uma das frentes, a área econômica vai trabalhar para impedir que o Congresso conceda benefícios tributários a empresas localizadas nas áreas de atuação

da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). A medida foi patrocinada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE) e aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Sem apresentação de recurso, a proposta seguiu direto para a Câmara dos Deputados.

Se aprovado, o projeto vai ampliar a renúncia de receitas que já existe para beneficiar empresas das áreas das Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam). A versão original previa apenas a extensão, por mais cinco anos, do benefício a essas duas regiões que acaba no fim de 2018. Esse custo já é calculado em cerca de R\$ 5,6 bilhões ao ano. Mas a ampliação da desoneração para incluir a Sudeco elevará o impacto sobre as receitas do governo a quase R\$ 8 bilhões ao ano, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

O governo sabe que enfrentará dificuldades para impedir a renovação dos benefícios que já existem. Mas a avaliação é de que há espaço para barrar ao menos a inclusão das empresas da área da Sudeco. A área econômica também quer guardar na prateleira o projeto que libera o FGTS para quem pedir demissão. Depois de emitir sinais de que poderia apoiar a proposta, de forte apelo popular, o governo

acabou tendo de agir para retardar sua tramitação. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDBRR), apresentou recurso que impediu que o projeto seguisse diretamente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi aprovada, para a Câmara.

O governo ainda tentará barrar um projeto que pretende perdoar as dívidas de produtores com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), uma espécie de contribuição previdenciária do setor. Embora o Congresso tenha já aprovado uma renegociação que dá desconto de R\$ 15 bilhões – de um total de R\$ 17 bilhões em dívidas –, parte da bancada ruralista ainda quer perdão total para o setor. O próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), gravou um vídeo prometendo aprovar a urgência desse projeto que anistia os devedores.

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, diz que todos os projetos que envolvem questões fiscais passarão pelo crivo da área econômica. Ele reconheceu que tem recebido muitas demandas eleitorais dos parlamentares, mas disse que o atendimento desses pedidos terá de respeitar o Orçamento e a capacidade de pagamento do governo. "Estamos atentos a isso", disse.

Uso de carros oficiais custa R\$ 1,6 bilhão

A administração pública federal gastou R\$ 1,6 bilhão em 2017 com carros oficiais e outros custos para viabilizar o transporte de servidores e autoridades, segundo a ONG Contas Abertas. Nesse retrato, entram os pagamentos com veículos, combustíveis, manutenção, pedágios e outros. De acordo com especialistas, o volume é considerado alto e demonstra que ainda há desperdícios no setor público.

A título de comparação, o montante é suficiente para construir mais de 21,3 mil unidades do programa Minha Casa Minha Vida e ajudar cerca de 44,7 mil pessoas sem moradia. Além disso, ao se considerar o custo anual médio de R\$ 28,8 bilhões do Bolsa Família (R\$ 2,4 bilhões mensais), o valor poderia beneficiar 761 mil famílias.

O economista e secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, destaca ainda que o volume é superior a todas as despesas que o Ministério do Turismo e o Ministério do Esporte tiveram juntos em 2017. Além disso, em um momento de corte de gastos públicos, o gasto ficou estável em relação a 2016. As instituições defendem que vêm adotando medidas para redução desses custos.

O Executivo federal, por exemplo, com iniciativas do

Ministério do Planejamento, implementou ações para derrubar o número de automóveis que estão em circulação e terceirizar o transporte de funcionários públicos.

Mesmo assim, Castello Branco ressalta que outras ações são necessárias para evitar mais evasão de dinheiro público. “Acredito ser possível a redução ainda maior desses gastos. No momento, por exemplo, são necessárias medidas de contenção das despesas com combustíveis, tendo em vista a elevação acentuada dos preços (por conta do aumento internacional do preço do petróleo)”, alega o especialista.

Apesar do número elevado, o Ministério do Planejamento divulgou que houve uma queda nos gastos com combustíveis e manutenção de veículos em 2017, saindo de R\$ 792,2 milhões para R\$ 750,1 milhões. Os economistas avaliam que a redução pode ser ainda maior.

Dando continuidade à série de reportagens Pequenos grandes gastos, o Correio mostra que ainda é possível cortar esses e outros desperdícios. No ano passado, apesar do governo federal ter diminuído as despesas discricionárias — aquelas que não são obrigatórias e podem ser evitadas —, especialistas contam que falta um empenho maior dos órgãos para controlar as cifras consideradas

pequenas, mas que são essenciais para outros serviços prioritários.

No tema de hoje, Castello Branco destaca que será preciso, ainda, fazer com que os funcionários públicos e as autoridades tomem medidas para minimizar a quilometragem percorrida, visando um custo menor. “É preciso otimizar o uso de veículos e restringir a circulação ao mínimo necessário”, ressalta o especialista.

Roberto Piscitelli, professor de administração pública da Universidade de Brasília (UnB), destaca que qualquer quantia pode ser reduzida com o controle dos desperdícios. “Sabemos que o custo com transporte é inevitável e faz parte do conjunto da administração pública, é da natureza dos serviços públicos”, diz. “Evidentemente, é preciso avaliar a evolução dos gastos e observar como estão sendo feitos para analisá-los, porque o gestor precisa eliminar os desperdícios e verificar se essas despesas estão atingindo os objetivos preestabelecidos de uma forma que não gere perdas”, completa.

Marcha à ré

Nos últimos dois anos, o governo federal tem adotado medidas para reduzir gastos com transporte. Além de diminuir o número de carros oficiais em circulação, criou o programa TáxiGov, que permite o





transporte de servidores por meio de agenciamento de táxis (confira mais informações na matéria abaixo). Bolivar Godinho, professor de finanças, destaca que a medida precisa ser ampliada para toda a administração pública, porque o vazamento de recursos diminui. “Manter carro oficial é uma tarefa que exige vários gastos, como motorista, manutenção, seguro, pedágios, multas e revisões. É muito mais fácil ter um convênio com várias empresas que possam oferecer o serviço de forma muito menos custosa”, diz.

Godinho ressalta também que os contratos com táxis e outras empresas tornam a fiscalização mais fácil. Segundo ele, nesse serviço, os funcionários públicos ou autoridades precisam preencher formulários com o destino e finalidade do trajeto, evitando viagens desnecessárias. “Hoje, o que percebemos é que é muito fácil uma pessoa pedir para o motorista do carro oficial levar o filho na escola e usar o veículo para fins pessoais. O controle fica muito limitado”, afirma. “Então, se houver um convênio, essa prática pode diminuir bastante”, acrescenta.

Na última quarta-feira, 25, o economista Gil Castello Branco registrou uma foto de um veículo oficial da Subprocuradoria-Geral da República na frente de um restaurante na 201 da Asa Norte e

questionou: “Não sei se, pela atual legislação, ele pode usar o carro, inclusive, para ir almoçar.”

Pilotos

O gasto com transporte deve ser ainda mais expressivo do que o registrado, porque os levantamentos do Ministério do Planejamento e da ONG Contas Abertas não contabilizam as despesas relativas aos salários de motoristas. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, a folha de pagamento desses funcionários aumentou de R\$ 5,6 milhões em 2016 para R\$ 6 milhões no ano passado. No Tribunal de Contas da União (TCU), o custo passou de R\$ 3,3 milhões para R\$ 3,6 milhões em igual período.

De acordo com a ONG, os maiores gastos são com a compra de veículos, de R\$ 451,9 milhões. Mas há despesas menores: pedágios (R\$ 1,161 milhão), serviços de estacionamento (R\$ 5,05 milhões) e locação de carros (R\$ 216,5 mil).

Na administração pública federal, o Ministério da Justiça e Cidadania foi o órgão que mais pagou pelos custos do transporte em 2017, chegando a R\$ 115,3 milhões. Em seguida, aparecem o Ministério da Defesa (R\$ 97,3 milhões) e Ministério da Saúde (R\$ 61,4 milhões).



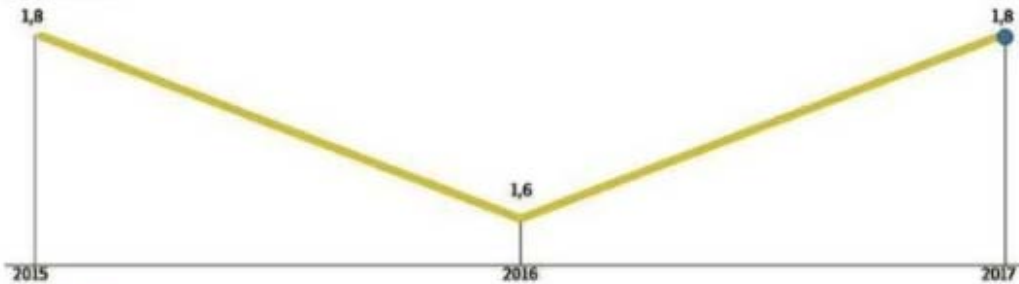


Alta quilometragem

A administração pública federal gastou R\$ 1,6 bilhão com compra e manutenção de automóveis e transporte de servidores e autoridades em 2017.



CONFIRA A EVOLUÇÃO DESSES GASTOS: (Em R\$ bilhões)



COMPLETANDO O TANQUE

No ano passado, foram gastos R\$ 384 milhões com a compra de combustíveis, além de R\$ 435 milhões com manutenção de veículos e aquisição de peças.

CONFIRA OUTRAS DESPESAS

Tipo/Gastos	(em R\$ mil)
Acessórios para veículos	465
Impostos	2.517
Locação de veículos	216
Melhorias e adições	16.797
Taxas e pedágios	1.177
Serviços de estacionamento	5.140
Compra de veículos de tração mecânica	402.896



ESFORÇO DE REDUÇÃO

O Ministério do Planejamento afirma que o governo federal trabalha para reduzir os gastos com transporte. Uma iniciativa foi o TáxiGov, que é um aplicativo que transporta servidores por meio de táxi.



DESTINO ECONÔMICO

Além disso, há medidas para reduzir a quantidade de carros oficiais para as autoridades. A intenção do Planejamento é diminuir R\$ 101 milhões por ano com as duas iniciativas.



QUEDA PEQUENA

A administração pública federal gastou R\$ 792,2 milhões com o custeio de combustíveis e manutenção em 2016. No ano passado, a despesa caiu para R\$ 750,1 milhões.

Fontes: Contas Abertas e Ministério do Planejamento

Planejamento amplia os cortes

O Ministério do Planejamento diz trabalhar “constantemente” para reduzir os gastos com transporte. De acordo com a pasta, o esforço começou em 2015, quando o governo federal assinou um decreto que racionaliza os gastos públicos com veículos oficiais.

O Planejamento também criou o TáxiGov, que é um aplicativo para transporte de servidores públicos federais por meio de táxi. O programa completou um ano de atividade em março de 2018. No período, a plataforma limitou-se às atividades para fins administrativos. Foram 25 mil servidores e colaboradores cadastrados.

No orçamento da pasta, os gastos com frota caíram de R\$ 2,8 milhões em 2016 para R\$ 1,7 milhão em 2017, “ainda sem contabilizar ganhos de liberação de espaço de garagem, motoristas, alocação de servidores em outras atividades etc.”.

O Planejamento comunica que a implementação completa do TáxiGov deve ocorrer até maio e, em julho, novas licitações poderão ser feitas, permitindo que empresas de aplicativos de transporte individual e locadoras também participem. A pasta garante que o programa permite economia dos gastos públicos. “Outra medida, que entrou em vigor no dia 15 de março, foi o Decreto nº 9287/2018, que

elimina a prerrogativa de mais de 1 mil autoridades utilizarem carros em deslocamentos a serviços”, comunica.

Restrição

No Legislativo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) destaca que, há dois anos, a Casa vem restringindo os pedidos de utilização de transporte, além de aperfeiçoando o sistema de controle com apuração de despesas por unidade. “Paralelamente, há um estudo em andamento pela Secretaria de Transporte com a finalidade de avaliar alternativas para redução do custo da frota”, informa a assessoria de imprensa.

O Supremo Tribunal Federal (STF) diminuiu o custo com transporte de R\$ 5,5 milhões em 2016 para R\$ 4,5 milhões no ano passado. Do lado do Legislativo, o Senado Federal destaca que não possui frota própria, mas tem convênio com empresa especializada. “O contrato dos automóveis dos senadores foi firmado com a empresa Quality Aluguel de Veículos Ltda.”, comunica. “São 85 carros para atender aos senadores e 43 veículos de serviço”, acrescenta. O contrato firmado custa R\$ 3,35 milhões. A Câmara dos Deputados não respondeu.